

SEMINÁRIO DE PESQUISA 22 - GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: A CONTRIBUIÇÃO DOS FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS PARA A TEORIA E PRÁTICA POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

Coordenação: Ingrid Cyfer (UNIFESP), San Assumpção Romanelli (IESP/UERJ)

Resumo: A teoria feminista, em suas mais diversas vertentes, formula perguntas e respostas sobre as desigualdades e poderes que constroem e justificam relações de gênero assimétricas e opressoras em todo o mundo. Um de seus desafios primordiais é abordar essas complexas questões teórico-políticas em meio a divergências e conflitos acerca do dever ser das relações de gênero entre as próprias intelectuais e ativistas feministas.

Essas discordâncias são ainda mais aprofundadas nas reflexões e ações atentas à interseccionalidade e à ubiquidade da discriminação e opressão de gênero, uma vez que o modo como sociedades, culturas, tradições, etnias, religiões, instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e internacionais constroem a desigualdade e coerção de gênero não é uniforme, tampouco respeita fronteiras nacionais ou regionais. A opressão de gênero, portanto, é ao mesmo tempo particular, em seu modo de manifestação, e universal, em sua extensão. Por isso, a tensão entre o local e o global, o particular e o universal tem sido um dos problemas que protagonizam as discussões feministas na teoria política, entre as quais estão aquelas que articulam a luta feminista com a crítica a desigualdades geopolíticas que repercutem nas relações entre os feminismos do norte e do sul, do oriente e do ocidente. A proposta deste seminário é acolher trabalhos que discutam essas questões. O objetivo é promover um debate sobre algumas das principais temáticas da teoria política contemporânea, como justiça, democracia, cosmopolitismo, pós-colonialismo, tolerância, direitos humanos, identidade, interseccionalidade, dentre outras, tendo em vista a contribuição que os feminismos latino-americanos trazem para a reflexão e prática políticas engajadas com a crítica à opressão de gênero no mundo. O debate deverá ser organizado a partir dos seguintes eixos temáticos.

Subtemáticas (a partir de uma perspectiva latino-americana):

- Direitos humanos, graves violações, violência e gênero

- Tolerância, reconhecimento, diversidade e gênero
- Justiça social, desigualdade e gênero
- Justiça global, cosmopolitismo e gênero
- Democracia e Gênero
- Pós-colonialismo, o Sul Global e Gênero
- Interseccionalidade, Identidade, Teoria Queer e Gênero

Sessão 1

Arpilleras: manifestações de resistência política e cultural das mulheres em defesa dos direitos humanos na América Latina

Maria Cristina Gobbi

Livre-docente em História da Comunicação e da Cultura na América Latina pela UNESP, pós-doutora pelo PROLAM-USP e doutora pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora do Departamento de Comunicação Social, do PPGCOM e do PPGMiT da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

mcgobbi@terra.com.br

Juliana Gobbi Betti

Mestre em Jornalismo pela UFSC, jornalista pela Universidade Metodista de São Paulo e pós-graduanda em Filosofia e Direitos Humanos pela PUCPR. Atualmente leciona como professora substituta no curso de Jornalismo da UNESP

jugobbibetti@gmail.com

Resumo: A *arpillera* é uma técnica têxtil de composição tridimensional caracterizada pela junção de bordados e retalhos sob um tecido rústico, normalmente juta. As peças documentam histórias individuais e coletivas que retratam, em especial, o olhar das mulheres que vivenciaram contextos de violações dos direitos humanos em diferentes períodos e comunidades ao longo da história latino-americana. Criada na Isla Negra, a técnica foi amplamente utilizada pelas chilenas para denunciar e combater as atrocidades cometidas no governo ditatorial de Pinochet (1973-1990). Neste período, era comum que grupos de

arpilleristas se reunissem em casas e nas igrejas, tanto para costurar quanto para discutir os problemas políticos e sociais, criando um movimento de alento para o luto e de apoio para as lutas. Além de possibilitar a quebra do silêncio, a exportação das peças como artesanato serviu fonte de renda para as famílias cujos arrimos estavam presos, desaparecidos ou mortos. Recentemente, a técnica foi reapropriada no Brasil em diferentes espaços: primeiro pelas mulheres das comunidades atingidas pela construção de barragens, depois pelas mulheres solicitantes de refúgio e migrantes de países latinos e africanos. Deste modo, a presente pesquisa objetivou analisar essas manifestações a partir da perspectiva dos estudos feministas, considerando as *arpilleras* como resultado de um processo de participação e resistência política e cultural das mulheres em defesa dos direitos humanos. Partimos da revisão histórico-bibliográfica dos contextos de uso da técnica nos países latinos para fundamentar a análise das peças que integraram as exposições realizadas no Memorial da América Latina (2015) e no Museu da Imigração (2016). Ainda, realizamos entrevistas semiestruturadas com as artistas e organizadoras. Nas *arpilleras*, identificamos elementos estéticos representativos, no entanto, optamos por priorizar a compreensão da mensagem diante das especificidades de gênero, concluindo que as narrativas apresentadas evidenciam as opressões e as desigualdades sociais que dificultam a garantia dos direitos fundamentais.

Palavras-Chave: *Arpilleras*; Mulheres latino-americanas; Direitos Humanos;

“¿Cuál es la origen de la opresión de la mujer?”. Identidade e opressão feminina na revista *Furia* (Chile, 1980-1984)

Júlia Glaciela da Silva Oliveira
Doutoranda em História Social
FFLCH/USP
julia.gsoliveira@gmail.com

Resumo: Os anos de 1960 e 1970 foram marcados pela instauração de ditaduras cívico-militares na América Latina, a exemplo do Brasil, do Chile, da Argentina e do Uruguai. Não obstante, fora neste mesmo período que o movimento feminista (re)surgiu na esfera pública trazendo novas interrogações sobre as formas de opressão feminina. Muitas das militantes que se engajaram no feminismo tiveram uma experiência em partidos e organizações de esquerda. Portanto, as primeiras discussões sobre a emancipação feminina foram norteadas pela perspectiva marxista, refletindo nas demandas defendidas pelo movimento naquele momento.

Na década de 1980, a identidade “Mulher” passou a ser questionada dentro dos movimentos feministas; a desigualdade de classe já não era concebida como capaz de compreender, de forma isolada, as diferentes formas de assimetria que pesavam no cotidiano feminino. Logo, as questões de raça, etnia, sexualidade e, posteriormente, os debates de gênero, possibilitaram a construção de uma crítica às narrativas biologizantes sobre o feminino e deram ensejo aos debates sobre a construção cultural da identidade feminina. Assim, nossa proposta trata-se de uma análise sumária sobre a reconfiguração da identidade feminina no Chile, durante os anos de 1980 a 1984, por meio da revista *Fúria*. O periódico foi editado pela *Asociación de Mujeres Socialistas*, que ao final dos anos 1970 construiu uma militância autônoma em relação ao partido, lançando questionamentos e críticas contumazes ao fazer político da esquerda ortodoxa, sobretudo no que se referia à temática feminina. Deste modo, tomando como referencial os pressupostos teórico-metodológicos da história do tempo presente e dos estudos de gênero, nosso propósito é compreender como essa vertente feminista, em um período de luta pelo retorno ao regime democrático, discutiu e elaborou uma concepção identitária a partir das discussões em torno dos aspectos biológicos e culturais na definição da opressão feminina e do *ser mulher* na sociedade chilena.

Feminismos e organização política feminina nas últimas décadas do século XX: o caso uruguaio

Mariane Ambrósio Costa

Doutorado em andamento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

mariane.ambrosioc@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente trabalho é traçar um percurso da organização feminina no Uruguai, no final da década de 1970, momento que marca a reabertura política no país, no qual as discussões sobre feminismos e direitos humanos foram apropriadas pela sociedade, principalmente por organizações feministas. Com o aumento das prisões, torturas e exílios provocadas pela promulgação dos atos institucionais 1 e 2 em 1977, houve o desmantelamento dos partidos políticos, a punição severa a guerrilheiros urbanos e aos sindicatos, provocando uma desagregação na oposição ao sistema político instaurado, contribuindo para o surgimento de outras formas de resistência no país. O *Grupo de Estudios sobre La Condición de La Mujer Uruguay* (GRECMU) exerceu papel fundamental neste processo. Fundado em 1979 pela brasileira Suzana Prates, buscava dedicar-se aos estudos sobre a condição social de mulheres

em suas mais variadas esferas. Financiado pela Fundação Ford, o centro de investigações se tornou uma referência ao trazer para os debates de mulheres uruguaias as ideias feministas que circulavam pelo mundo, muito influenciadas pela segunda onda feminista. Unindo acadêmicas das mais diversas áreas, o grupo se dedica, até os dias atuais, a produzir estudos que pensem a situação da mulher no Uruguai. O GRECMU aglutinou mulheres de todos os partidos políticos que, anteriormente a sua criação, se organizavam clandestinamente no sindicato dos trabalhadores têxteis para discutir o lugar que ocupariam nos novos rumos que o país estava tomando com a reabertura política. Desta forma, defende-se a hipótese de que o nascimento deste e de outros grupos organizados tenham sido fundamentais para se delinear o campo de batalha política da mulher uruguaia, que nos dias atuais ainda ocupa um pequeno percentual de cargos no parlamento, mas que possuem ações efetivas na luta pelos direitos das mulheres no país.

Palavras-chave: Feminismos. Uruguai. Política.

Narrativas sobre as meninas-mãe: aborto e abuso sexual na imprensa do Brasil e do Chile

Marcelle Cristine de Souza
Mestranda no Prolam-USP
marcelle.souza@usp.br

Resumo: Este trabalho visa apresentar uma análise qualitativa da cobertura dos jornais *La Tercera*, do Chile, e *Folha de S.Paulo*, do Brasil, sobre a possibilidade de aborto em caso de abuso sexual infantil. Para tanto, serão selecionados dois dias de cobertura dos jornais citados em dois casos: no Brasil, de uma menina de 9 anos estuprada pelo padrasto e grávida de gêmeos em 2009; no Chile, uma criança de 11 anos grávida depois de ser estuprada pelo padrasto em 2013. No Brasil, o aborto foi realizado, mas a família e os médicos foram excomungados pelo bispo de Recife. No Chile, a gravidez foi mantida até o parto, já que o aborto é proibido em qualquer situação no país. O objetivo do trabalho é verificar se os meios analisados cumpriram com o papel de mediadores sociais do jornalismo, garantindo a polissemia (vários sentidos) e a polifonia (várias vozes) e se posicionando de forma complexa no debate sobre o aborto nessas situações. Para tanto, serão utilizadas ferramentas de análise de discurso e leitura cultural. Os resultados esperados são que os jornais tendem a adotar uma abordagem do tema a partir das fontes oficiais, sem apresentar contexto social e histórico do

caso, sem protagonismo da vítima e sem a caracterização do estupro como violência de gênero, deixando, dessa forma, de contribuir para a humanização e para o aprofundamento do debate. Palavras-chave: violência sexual infantil; imprensa; aborto.

Violência de gênero e resolução de conflitos: A experiência dos movimentos autônomos no Brasil, Argentina e México

Juliana da Silva Henrique
Doutoranda em História pela USP
juliana.henrique@usp.br

Resumo: Os movimentos autônomos de países como Brasil, Argentina e México partilham de alguns pressupostos organizacionais de auto gestão e resolução interna de conflitos por entenderem os limites e a ineficácia de determinadas ações institucionalizadas. Para fazer frente a uma perspectiva que percebe o Estado como único mediador legítimo das relações sociais cada vez mais judicializadas, foi preciso desenvolver estratégias para lidar com situações cotidianas como, por exemplo, as denúncias envolvendo violência de gênero. Uma das maneiras de lidar com essas questões foi a disseminação de uma prática que buscava a publicização e a problematização coletiva do conflito, a saber, o escracho. Usado também para denunciar políticos envolvidos em esquemas de tortura e corrupção, o escracho mostrou-se uma ferramenta capaz de efetivar uma série de pressupostos críticos que os movimentos autônomos e anarquistas já alimentavam em relação à sociabilidade moderna. Trata-se, primeiramente, de pensar o escracho e as denúncias de violência de gênero em uma perspectiva que problematize a constituição histórica de uma sociabilidade que permite a naturalização e reprodução sistemática de determinados comportamentos e, por fim, discutir a ideia de resolução de conflitos para além de uma lógica punitivista que individualiza, quando não patologiza, as pessoas envolvidas em casos de agressão.

Palavras-chave: violência; gênero; resolução de conflitos.

Identidade de gênero: como Brasil e Argentina tratam o direito ao nome das mulheres transexuais e travestis.

Roberta Lemos Lussac

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direito

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

robertalemoslussac@gmail.com

Resumo: Identidade de gênero: como Brasil e Argentina O direito à inclusão do nome social no registro civil das mulheres transexuais e travestis e o exercício pleno da cidadania encontram-se necessariamente relacionados, na medida em que é impossível imaginar que alguém consiga vivenciar plenamente seu status de cidadã se o nome e o sexo que esta ostenta em sua documentação divergem da imagem que esta apresenta em sociedade. Se o direito ao nome é direito fundamental, e se o prenome, a despeito de sua definitividade, pode ser substituído por apelidos públicos notórios, como autoriza o artigo 58 da Lei de Registros Públicos, não há razão para se continuar exigindo, no Brasil, autorização judicial para alteração do prenome. Submeter o gozo de um direito fundamental à discricionariedade judicial constitui, essencialmente, um esvaziamento de sua fundamentalidade, posto que o exercício do referido direito pode ou não ser autorizado. Assim, busca-se demonstrar, por meio de uma abordagem hermenêutica que tem por fundamento maior a dignidade da pessoa humana, que por ser o nome elemento caracterizador e individualizador da pessoa humana, exercendo papel fundamental em sua vida, tanto na dimensão privada quanto na pública, e apresentando, portanto, uma relação simbiótica com o próprio exercício da cidadania, não se sustenta qualquer exigência legal de autorização judicial para adequação do nome civil ao nome social, devendo o Brasil garantir, tal qual ocorre na Argentina desde a criação da Lei de Identidade de Gênero, a possibilidade de retificação do prenome e sexo quando estes não coincidirem com a identidade de gênero autopercebida pela mulher transexual e travesti. Para tanto, imprescindível defender a despatologização da transexualidade, a fim de que as mulheres transexuais e travestis saiam da margem da sociedade e assumam o protagonismo de sua própria existência.

Palavras-chave: transexualidade, direito ao nome, identidade de gênero autopercebida.

**Cartografia da legislação de combate à violência contra a mulher na América Latina:
um estudo exploratório**

Salete Maria da Silva
Universidade Federal da Bahia
saletemaria@oi.com.br

Cristiane Estefania dos Reis Gonçalves
Universidade Federal da Bahia
c_stefani_rg@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo mapear e caracterizar, de maneira analítico-crítica, as legislações elaboradas nos países da América Latina com vistas ao cumprimento imediato e/ou progressivo da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como “Convenção de Belém do Pará”. Para tanto, será retratado o contexto histórico em que as leis de enfrentamento à violência contra a mulher foram criadas no referido eixo geopolítico, destacando-se as contribuições dos movimentos feministas nesta empreitada e as possíveis semelhanças e/ou diferenças entre as normas. Metodologicamente, adotou-se a técnica da revisão bibliográfica associada à análise de documentos. Espera-se poder contribuir para a organização dos dados relativos à temática e para o conhecimento e aprimoramento dos esforços político-jurídicos em desenvolvimento nesta área.

Palavras-chave: América Latina. Violência contra a mulher. Legislação.

Sessão 2

Cidinha da Silva e Negra Cubana: o discurso afro-ativista na internet

Tatiana Cavalcante de Oliveira Botosso
Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade
de São Paulo/USP
tatimidia@usp.br

Resumo: Intelectuais feministas negras dividem-se entre a academia e a atuação política. Elas estudam a opressão e atuam pelo empoderamento da população negra, contra a violência racial e de gênero. Para Patrícia Hill Collins (2002), o pensamento feminista negro oferece

contribuições importantes sobre a importância do conhecimento para uma política de empoderamento e promove uma mudança na forma como pensamos sobre as relações de poder injustas. Ao abraçar um paradigma de interseção de opressões de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, bem como a ação individual e coletiva das mulheres negras dentro deles, o pensamento feminista negro reconceitualiza as relações sociais de dominação e resistência. (COLLINS, 2002) Cidinha da Silva e Sandra Abd'Allah-Alvarez Ramírez são intelectuais e ativistas nas áreas de gênero e racismo e também são blogueiras. Cidinha da Silva é brasileira, formada em história e doutoranda em Difusão do Conhecimento na Universidade Federal da Bahia, ela se autodenomina escritora e prosadora e tem 8 livros publicados. Sandra Abd'Allah-Alvarez Ramírez é licenciada em psicologia, Mestra em Estudos de Gênero e diplomada em Gênero e Comunicação pelo Instituto Internacional de Periodismo José Martí. O objetivo deste trabalho é analisar o discurso dessas duas blogueiras latino-americanas e identificar sua relação com o enfrentamento do racismo e do machismo. Serão selecionados textos publicados nos blogs www.didinhadasilva.blogspot.com.br e www.negracubanateniaqueser.com em que ocorram os termos racismo e machismo. A metodologia utilizada será a análise de discurso de Eni Orlandi (2005), segundo a qual a linguagem pode ser concebida como mediadora da realidade social e natural do ser humano. Os resultados esperados são a apuração de que maneira a trajetória acadêmica e militante das duas blogueiras permeiam os seus discursos. A análise dos resultados será a comparação das diferenças e similaridades dos discursos nos textos das duas autoras e sua relação com o feminismo negro latino-americano.

Palavras-chave: Cidinha da Silva; Negra Cubana; Feminismo negro latino-americano.

O trabalho fotográfico de Tina Modotti

Adriana Felden

Cursando a Pós-Graduação da História da Arte da UNIFESP.

adri.felden@argosfoto.com.br

Resumo: Tina Modotti, fotógrafa e revolucionária que viveu no México na década de 20 e que utilizou sua expressão artística para combater as desigualdades sociais, dando voz as classes trabalhadoras e marginalizadas da sociedade. Considerada como precursora da fotografia moderna mexicana, sua arte dialogou com as vanguardas Históricas e com os muralistas mexicanos numa época de grande efervescência política no mundo e na América Latina. Na sua obra, a imagem se torna um instrumento de luta, de uma comunicação engajada à

esquerda soviética, de difusão de ideias e denúncia. Contribuir para o conhecimento da obra de Tina Modotti, uma mulher com plena consciência do seu tempo, sua função como fotógrafa, nos ajuda a assimilar o fazer artístico da mulher no mundo em que vivemos. Neste trabalho, vamos destacar o período que a obra da artista se dedica à representação das mulheres indígenas, a maternidade, a infância a condição social das mulheres em uma sociedade misógina como a Mexicana no início do século XX. Tema que nos remete aos dias atuais, pois ainda persistem as desigualdades sociais de gênero na América Latina. O repertório fotográfico, os questionamentos sobre o estereótipo e o papel político da mulher na sociedade, vistos no trabalho da artista e editora Tina Modotti, são atemporais e nos levam a compreender a arte fotográfica e o feminino no nosso tempo.

Palavras-chave: Tina Modotti, fotografia, feminismo

Gênero e interseccionalidade: Chaves de leitura para um feminismo latino-americano.

Mariana Torreão Brito Arcoverde

Pós-graduanda em Direitos Humanos pelo PPGDH/UFPE

marianatba@gmail.com

Resumo: No presente artigo, procuramos relacionar os estudos feministas de gênero e interseccionalidade em seus aportes para compreender a condição da mulher no contexto latino-americano. Recorrendo a uma revisão bibliográfica, buscamos pontuar as proposições da teoria feminista que melhor permitam perscrutar a marca social multiplamente subalterna que portam as mulheres nos países do Sul global, nomeadamente na América Latina. Acionando os apontamentos teóricos de autoras feministas latino-americanas, mas também asiáticas, e trazendo à baila recortes conceituais dos estudos do decolonialismo/pós-colonialismo, visamos examinar a categoria analítica da interseccionalidade, construída a partir das contribuições de tais domínios do pensamento social. Partimos da hipótese de que a interseccionalidade de gênero com outros marcadores, tais quais raça, etnia e classe, permite uma melhor assimilação da condição de existência feminina nesses espaços periféricos. Entendemos, ainda, que esta proposta possui relevância na esfera acadêmica, pois busca desenvolver uma linha de pensamento que rompe com a tradicional representação monolítica da mulher pelos centros de produção do saber europeu e norte-americano. Ainda que as ciências “do norte” tenham se aberto a outras visões de mundo, principalmente a partir das desconstruções empreendidas pela pós-modernidade, percebemos que ainda há um vasto caminho a ser percorrido para que as vozes das mulheres latino-americanas, historicamente

silenciadas, recebam projeção acadêmica e política forte o suficiente para que possam atuar com protagonismo no cenário globalizado do poder e do saber.

Palavras-chave: Gênero e interseccionalidade. Feminismo latino-americano. Feminismo decolonial.

Perspectivas de gênero a partir da identidade feminina na representação presidencial do Brasil, Chile e Argentina

Yasmine Pereira Sensão – Graduada
yasminesensao@gmail.com

Giuliana Facco Machado - Graduada
giulianafacom@gmail.com

Prof.^a Dr.^a Danielle Jacon Ayres Pinto
danielleayres@gmail.com

Curso de Relações Internacionais- Universidade Federal de Santa Maria / UFSM1 Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais- Núcleo Prisma Grupo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Política Internacional Contemporânea - GEPPIC

As políticas neoliberais implementadas pelos países latino-americanos, doravante o Consenso de Washington, não surtiram os efeitos desejados, por conta disso, os Estados precisaram reestruturar seu modelo de política econômica, o que permitiu a ascensão de novos atores na política da América Latina. É neste cenário que candidatas como Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet pautam suas políticas e galgam a presidência de seus países. As teorias das relações internacionais preocupam-se em como o poder opera nas relações entre Estados, instituições e pessoas e o que é preciso para sustentar essas relações, como já afirmava a teórica feminista Sandra Whitworth (2008, p.397). Assim, as teorias feministas nas relações internacionais entendem que examinar as configurações de poder é inevitavelmente falar sobre gênero, pois Estados e suas políticas, os nacionalismos e, assim sendo, o sistema internacional não são neutros de gênero, conforme afirma Halliday (2008). A teórica feminista, Judith Butler (2010, p. 59), concebeu a noção de “performatividade de gênero”, segundo ela, “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência

de uma substância, de uma classe natural do ser". Com isso, partindose da premissa de que a identidade feminina é baseada nas construções históricas de identidade de gênero nas estruturas de poder, busca-se analisar os primeiros mandatos das presidentes do eixo Argentina, Brasil e Chile, com base nas concepções de feminilidade e masculinidade nessas estruturas. Desta forma, questiona-se, para além das identidades femininas apresentadas pelas chefes de Estado, se a influência do capital masculino político se fez presente nas corridas presidenciais. Por conseguinte, o presente trabalho consiste em um estudo histórico-comparativo, do qual faz uso do método hipotético-indutivo, a partir de técnica de revisão bibliográfica, para seu desenvolvimento.

Palavras-chave: eixo ABC, gênero e estruturas de poder.

Mujer negra: Entre la colonialidad del poder y la colonialidad de género

Paula Andrea Rodríguez Alvarado

Estudiante de maestría Universidad de São Paulo, Programa Interunidades Integración de América Latina. Trabajadora Social Universidad Nacional de Colombia.

Resumen: Una parte de la historia de América Latina fue definida a partir del proceso de colonización y dependencia económica que forjó estructuras de poder que hasta hoy permanecen y que a su vez influyen en la persistencia de las desigualdades sociales y en la exclusión de algunos segmentos de la población. En ese sentido, el lugar actual de las mujeres negras en la región, como grupo históricamente subordinado, está permeado por este proceso. A partir de los aportes de la Colonialidad del Poder de Quijano (2000) y el feminismo decolonial de Lugones (2011) este artículo pretende analizar la experiencia de dos grupos de mujeres negras artesanas, uno en la ciudad de Quibdó, Colombia y otro en São Paulo, Brasil. El objetivo fue identificar en la experiencia de vida de estas mujeres como se han evidenciado las marcas de estos procesos, así como conocer las estrategias de resistencia creadas por estos grupos para transformar el orden social que les ha sido impuesto. Por lo tanto, para obtener la información el insumo principal fueron entrevistas etnográficas, diarios de campo y observación participante. La información fue analizada teniendo en cuenta la propuesta de análisis interseccional de Crenshaw (1991) entre las categorías de clase, raza y género. Los resultados fueron contrastados a partir de análisis temático, teniendo en cuenta las situaciones específicas de cada grupo. Al final del texto se espera que los discursos teóricos sobre la

condición de las mujeres negras en América Latina puedan ser localizados a través de la experiencia de estos dos grupos de mujeres negras.

Palabras clave: género, interseccionalidade, colonialidade do poder, feminismo decolonial.

Relações de gênero, mulheres e diversidades na América Latina: interfaces com a pesquisa-
extensão

Silvani Santos Valentim
CEFET/MG

Resumo: Compreendemos que o empoderamento das mulheres no contexto da América Latina tem se fortalecido com a articulação de redes de trabalho, solidariedade e intercâmbio, sobretudo no âmbito da pesquisa-extensão. Nesta pesquisa entendemos que o empoderamento das mulheres pode ser fortalecido quando se ultrapassa as fronteiras de países e busca-se o diálogo intercultural orientado pelo feminismo (VALENTIM, 2014). Apresentaremos o resultado de um estudo que trata de analisar a construção de uma Rede de mulheres na perspectiva do empoderamento, tomado como uma ação coletiva que garante às mulheres, por meio de seu poder, a dignidade e a liberdade de decidir seu destino. A construção desta Rede apresentou-se como o caminho para a igualdade de gênero no contexto de cinco países que participaram deste levantamento inicial: Brasil, Equador, Honduras, México e Paraguai. Esta pesquisa foi aportada pela Coordenação-Geral de Relações Étnico-Raciais, Inclusão e Diversidades do CEFET-MG e pelo Movimento Internacional de Mulheres - Graal. É fundamental que se promovam ações e práticas extensionistas que tenham como foco a equidade de gênero. Este estudo de cunho exploratório objetivou: levantar informações a respeito da temática de gênero, mulheres e diversidades na América Latina na perspectiva da pesquisa-extensão; contribuir com a delimitação da temática a ser aprofundada; orientar sobre as lacunas temáticas a serem preenchidas e áreas em que seria possível estabelecer parcerias. A metodologia utilizada incluiu a revisão bibliográfica, assim como a aplicação de um questionário junto á mulheres do Graal nos cinco países mencionados. A pesquisa-ação também foi um importante instrumento neste percurso metodológico, posto que possibilitou a intervenção na problemática social de forma crítica por meio da mobilização dos participantes para construção de novos saberes (TRIPP, 2005). Por meio da pesquisa-ação (FRANCO, 2005) foi possível tecer uma rede de mulheres envolvidas com a temática mulheres, gênero e diversidades.

Palavras-chave: gênero, mulheres, América Latina

Constituição de gênero nas sociedades Latino-Americanas: discutindo as atuações e direitos das mulheres migrantes em contexto universitário

Bruna Angélica Gonçalves

Mestranda em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da
Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás
bruna.angelica005@gmail.com

Resumo: A presente proposta de trabalho discute a constituição do gênero feminino nas sociedades de inserção de mulheres migrantes latino-americanas com enfoque na problematização das influências dessas concepções na construção performativa do acesso ou interdição a direitos (linguísticos, educacionais, etc) em contexto universitário. Para tanto, tomo como base teórica as discussões sobre gênero e teorias feministas (LOURO, 2011; ALDAYA et al, 2007), noções de corpo e performatividade (PINTO, 2007, 2009; AUSTIN, 1990), língua, globalização e migrações (BLOMMAERT, 2013, 2010; CODÓ, 2008;). As participantes da pesquisa serão estudantes universitárias imigrantes de países da América Latina inseridas no contexto universitário de uma instituição federal situada na cidade de Goiânia-Goiás-Brasil. A fim de atingir o objetivo delineado, meu trabalho parte de uma perspectiva etnográfica multissituada (BRIGGS, 2007b), sendo que os dados serão coletados a partir de conversas com as estudantes migrantes, oficinas biográficas e entrevistas individuais com as estudantes migrantes. A pesquisa, em andamento, não conta ainda com considerações maiores. Entretanto, é válido ressaltar que espero chamar a atenção e fomentar futuras discussões no que diz respeito a participação das mulheres latino-americanas nos fluxos migratórios, como protagonistas de trajetórias próprias, apontando para suas atuações e empoderamentos diante das sociedades das quais partem e nas quais são acolhidas. Por tais motivos, deixo clara a importância de se analisar conjuntamente dentro dos estudos sobre migração, sob um enfoque contextual, categorias de diferenciação como gênero, classe, etnia, etc, (PISCITELLI, 2008) visto que a migração é uma atividade protagonizada por sujeitos demarcados e caracterizados socialmente e são categorias como as citadas anteriormente que influenciam na experiência migratória.

Palavras-chave: Gênero; migração; direitos.